

TRÂNSITOS ATLÂNTICOS: HISTÓRIA, CULTURA E SENSIBILIDADES AFRICANAS NO BRASIL

*Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla
Wilson Maske*

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e tornou obrigatório o estudo sobre a cultura e história da África, dos africanos e afrodescendentes no Brasil nas instituições públicas e privadas de ensino. O principal intuito dessa lei foi estabelecer formas de combater o racismo. No entanto, o que ainda se vê são ações muito incipientes em termos práticos, pelo menos é o que parece revelar o discurso de Munanga, que considera urgente que essa implementação se faça no país. Diz ele que se devem efetivar “políticas que visem ao respeito e ao reconhecimento das diferenças centradas na formação de uma nova cidadania por meio de uma pedagogia multicultural” (2015, p. 21) para a construção de uma educação para a paz.

Dessa forma, é preciso reconhecer a multiplicidade das culturas e sua diversidade como uma vantagem e também como antídoto contra um universalismo redutor que estabelece um único padrão, relegando ao esquecimento tradições culturais como religião, comidas, tecnologias diversas, conhecimentos da flora e fauna, especificidades geográficas, entre outras, adquiridas pelos diversos grupos humanos no decorrer de sua história e que poderiam ser utilizadas para o benefício de toda a humanidade.

Para Senra, Moreira e Santos (2017), a Lei nº 10639/2003 abriu caminho para a inclusão de temas que por essa lei são tratados, inspirando assim a construção de itens incluídos nas provas do Enem. Com base nessa premissa os autores analisaram as provas do citado exame, entre os anos

de 1998 a 2015, para aferição dos conteúdos a respeito da temática abordada nas provas. Disso consideraram a presença de: a) questões de abordagem que chamaram de ‘tradicionais’, que segundo eles não transmitem ideias racistas e preconceituosas, mas sugerem “subalternidade ou reatividade a um contexto opressivo”. (2017, p. 1001). Exemplificam com uma questão referente à legislação do século XIX, mais precisamente sobre as leis relacionadas à abolição da escravatura, como a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários e a Lei Áurea; b) e as que eles chamam de ‘renovadoras’, relacionadas à Lei nº 10.639/2003. Para os autores, essas são questões que nos moldes da lei avançaram e conquistaram espaço mais representativo no universo do Enem, especialmente a partir de 2011. No entanto, perceberam que questões sobre o negro e a África foram praticamente inexistentes “nos anos iniciais do exame, e a pós a promulgação da lei, seus pressupostos foram confundidos com a abordagem das mazelas da escravidão e do período posterior à Abolição”. (2017, p. 1009). Com resultados positivos, os mesmos autores consideram que os conteúdos têm sido paulatinamente acolhidos, tanto na Educação Básica quanto nas licenciaturas e na formação docente.

Diante dessa difícil tarefa, os meios escolares têm sido tomados por muitas dúvidas e inquietações, tais como: ‘O que sabemos sobre a África? O que sabemos sobre a história do negro e dos afrodescendentes no Brasil? Por que estudar tais temáticas?’.

Pesquisadores e educadores passaram então a pensar em estratégias de estudos para que muitos dos questionamentos sobre esses temas pudessem ser abordados e colocados em prática. O presente artigo representa uma partícula da busca em trazer ferramentas e suscitar novas abordagens para o estudo da história da África, dos africanos e dos afrodescendentes no Brasil, especialmente em seus aspectos políticos, sociais e culturais. Nesse sentido também é possível reconhecer essa temática relacionada a outros temas emergentes no momento, principalmente à sustentabilidade de maneira abrangente, envolvendo seus aspectos social, econômico, cultural, político, ambiental e espacial.

A sala de aula não pode ser um lugar no qual as desigualdades sociais e raciais sejam perpetuadas. Os professores têm a responsabilidade de romper com os parâmetros sociais estabelecidos desde o período colonial e que podem ser sentidos ainda claramente no início do século XXI. Isso porque as práticas de exclusão arraigadas na sociedade podem marcar a subjetividade de alunos de diferentes extratos sociais. Além disso, essas práticas podem ser reforçadas em vários outros ambientes sociais, além da própria instituição escolar.

A cada dia os meios de comunicação apresentam novos episódios sobre discriminação racial no país. A par disso, qualquer um de nós poderia relatar um evento que ocorreu consigo ou lhe fora relatado por outrem.

A prática da discriminação racial faz parte do cotidiano e, muitas vezes, podemos verificá-la no ambiente escolar. De qualquer forma, ela é decorrência, como a maior parte dos preconceitos, da ignorância e da falta de conhecimento acerca das condições que fundamentam aquele encontro com o diferente e o desconhecido – que muitas vezes é o excluído, como no caso do negro, da mulher, do homossexual, entre outros.

Tais fatos fazem muito mal à sociedade como um todo e têm sérias consequências ao longo do tempo. Para ilustrar isso, um “estudo recente feito por pesquisadores da Universidade do Texas mostra

que pessoas que sofreram com discriminação estavam sujeitas a desenvolver alcoolismo e depressão”. (SANZ, 2017).

A escola, em seu papel de formadora para a vivência na sociedade e para a prática plena da cidadania, poderá ajudar na adoção de posturas políticas contra a discriminação das minorias étnico-raciais e sociais, pois somente assim poderá oferecer uma educação verdadeiramente de qualidade para toda a sociedade brasileira.

A inclusão, no Brasil, de estudos sobre a história e a cultura da África, dos afrodescendentes e africanos não visa à substituição da visão eurocêntrica pela afrocêntrica, mas à ampliação da base de conhecimentos para que permitam identificar e valorizar o papel que as minorias, no caso a africana, tiveram na formação da sociedade brasileira. Somente assim o preconceito e a discriminação histórica no Brasil poderão ser superadas.

Com base nessa premissa, escolhemos estruturar este estudo da seguinte forma: num primeiro momento, apresentaremos a legislação brasileira sobre o tema, abordando também sua urgência e necessidade em aplicá-la, e em um segundo momento partiremos para uma viagem ao grande continente africano. Por fim, focaremos na história do Brasil para conhecer um pouco mais sobre a chegada dos primeiros africanos em nosso país e o regime de escravidão a que foram submetidos.

LEI nº 10.639/03: UM MARCO HISTÓRICO

A Lei nº 10.639/2003 alterou a LDB (9.394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ e incluir o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

A referida lei prevê expressamente no *caput* do artigo 26-A que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. (BRASIL, 2013). O parágrafo primeiro da mesma lei afirma o seguinte:

O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2013).

Já no segundo parágrafo consta que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. (BRASIL, 2013).

Depois dessa lei, por meio da Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no Diário Oficial em 22 de junho do mesmo ano, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As diretrizes devem ser

desenvolvidas por instituições em todos os níveis de ensino, tanto públicas como privadas, tornando obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e africana em todo o território nacional.

Visando ao cumprimento pleno do Art. 205 da Constituição Federal de 1988, que ressalta ser dever do Estado garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional, a Lei n.º 10.639/2003 e as Diretrizes Nacionais sobre o tema pretendem proporcionar meios para a superação dos resultados históricos nefastos oriundos do regime escravista. Por meio dessas medidas, pretende-se concretizar ações para o combate ao racismo e a toda sorte de discriminações.

É importante frisar que a Lei n.º 10.639/2003 e todos os instrumentos legais que a ela se referem, reforçam e proporcionam meios para seu cumprimento não têm somente o intuito de combater a discriminação, mas devem ser considerados também como medidas formais afirmativas, no

sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos. (BRASIL, 2009).

Cabe também destacarmos a Lei n.º 11.645/2008, que nesse contexto de viabilizações para a aplicabilidade da legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental e Médio.

UMA VIAGEM AO CONTINENTE AFRICANO

O continente africano, apesar de sua antiguidade de povoamento e de ter sido base ou parte de civilizações antigas como Egito, Cartago ou Roma, é um local cuja história ainda demanda pesquisas básicas, em especial na região subsaariana. No entanto, há um avanço bastante considerável nos tempos atuais acerca da evolução e construção da trajetória histórica do homem na África.

Para tal se faz necessário construir uma noção das condições geográficas gerais do continente africano¹, que é o terceiro maior do mundo, com uma área de cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, 20,3% da terra firme do planeta, e uma população de 1 bilhão e quase 278 milhões em 2018, além de ter 54 países independentes e soberanos reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) atualmente.

A África pode ser dividida de duas formas:

- a) critério regional: divide o continente de acordo com as características regionais: África Setentrional, África Ocidental, África Oriental, África Central e África Meridional;
- b) critérios étnicos e culturais: divide o continente em África Branca ou Setentrional (formada por oito países da África do Norte mais a Mauritânia e o Saara Ocidental); e a África Negra ou subsaariana, composta pelos outros 44 países).

Figura 1 – Mapa político da África.



Fonte – Guia Geográfico, [s.d.].

Os africanos que moram ao norte do Saara são predominantemente brancos, e os que vivem ao Sul são negros. Mas tanto ao sul quanto ao norte os povos são bastante diferentes entre si. Segundo Costa e Silva, “uma amara da Etiópia é tão distinto de um ambundo de Angola, quanto, na Europa, um escandinavo de um andaluz. E um jalofo do Senegal é diferente de um xona de Zimbábue como um russo de um siciliano”. (2008, p. 16). E ainda na região meridional africana há os bosquímanos e os hotentotes, muito diferentes de outros africanos.

O maior país da África é a Argélia e o menor é Seychelles. As religiões principais do continente são a islâmica, predominante na chamada África Branca e nos países da África Subsaariana próximos ao deserto do Saara; a cristã, distribuída em grandes grupos esparsos por todo o continente ao sul do Saara; e o animismo, composto por religiões politeístas tradicionais espalhadas por todo o continente.

Em termos linguísticos, a África pode ser caracterizada por três áreas: aquelas onde predomina o árabe, as regiões onde prevalecem as línguas africanas e as regiões nas quais imperam as línguas introduzidas pelos colonizadores europeus, como o inglês, o francês, o português e o africâner.

Apesar de vários conflitos políticos que assolaram e assolam o continente africano ao longo de sua história, atualmente grande parte de seus países tem governos relativamente democráticos com eleições regulares, ainda que muitas vezes haja suspeitas em relação a sua idoneidade. A maior parte dos países são repúblicas presidencialistas, mas existem alguns que adotam o parlamentarismo, assim como permanecem ainda algumas pequenas e poucas monarquias².

Contudo, é importante ressaltar que o processo de independência dos países africanos aconteceu em grande parte a partir do final da Segunda Guerra Mundial e que alguns territórios ainda não alcançaram a independência política, como as ilhas de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha, que pertencem à Grã-Bretanha; a Ilha Bouvet, que pertence à Noruega; e o Saara Ocidental, que foi ocupado irregularmente pelo Marrocos, o que é atualmente contestado pelas Nações Unidas.

A África é o segundo continente mais populoso, e 63% de sua população mora no meio rural, portanto é uma região majoritariamente agrária. No geral seus países são considerados subdesenvolvidos, apresentando uma renda *per capita* de \$ 850,00, e seu Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a apenas 1% do PIB mundial.

Além de se sobressair na agricultura, vários países africanos destacam-se pela exploração de recursos minerais como ouro e diamante. Assolados também por grandes epidemias, dentre as quais a mais preocupante tem sido a Aids, os africanos passam por muitas dificuldades.

No entanto, é preciso ressaltar que em meio a grandes desafios a África não é uma só, e sua diversidade é justamente sua riqueza, representada, por exemplo, por suas belíssimas paisagens naturais e sua vasta e variada vida selvagem. Agraciada por grandes vales férteis e desertos gigantes, o continente comporta cerca de 8% das reservas de petróleo e gás natural, com destaque para o Congo. Nas grandes extensões de savanas, há regiões com clima temperado, outras com clima de calor úmido e ainda outras onde a umidade é quase zero, caso do deserto do Saara.

Por todo lado há a ação do homem africano sobre a natureza. Há roças, grandes cidades, plantações e campos para pastoreio. A fauna é riquíssima, com destaque para os grandes felinos, como leão, leopardo e guepardo. Há também outros grandes animais, como elefante, zebra, girafa e búfalo, e aves como cegonha, flamingo, pelicano e avestruz.

A África, portanto, é um país fascinante, de extremos, que nos instiga à pesquisa.

OS AFRICANOS E A COSTA ATLÂNTICA DA ÁFRICA

Não é possível compreender a empresa de colonização e exploração das Américas, em especial daquelas regiões onde predominou a agricultura tropical de exportação, sem se fazer uma forte relação com as regiões fornecedoras de mão de obra para esse empreendimento.

Nas regiões dos principais empreendimentos colonizadores da América, em especial o sul dos atuais Estados Unidos, as Antilhas e o Brasil, predominou o elemento africano como principal força de trabalho.

Dessa forma, podemos apresentar uma questão instigante: de onde vinham esses africanos que tomaram parte na colonização do continente americano? Em geral, podemos considerar que a maioria é originária da costa atlântica africana, geograficamente localizada desde a costa do Senegal e se estendendo até o sudoeste da África, mais definitivamente, em Angola.

No caso brasileiro, houve uma concentração, conforme nos explicam Luna e Klein (2010), de cerca de 70% provenientes da região de Angola e do Congo, cujo destino principal foram as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, além das províncias produtoras de açúcar do Nordeste, em especial Pernambuco. Aproximadamente 18% eram originários do Golfo de Benim, cujo destino final foi principalmente a Bahia, mas outras províncias também recebiam cativos dessa origem. Observe na Figura 2 um mapa do mundo atlântico de meados do século XVIII.

Figura 2 – A África e o tráfico de escravos.



Fonte – Adaptado de New Perspectives on the Transatlantic Slave Trade, 2001.

Minas Gerais foi um caso especial. Como não dispunha de portos marítimos, acabou recebendo africanos de várias outras províncias, fazendo com que nessa região houvesse um equilíbrio na origem dos cativos, o que não ocorria em outros lugares.

A origem dos africanos que foram estabelecidos no Brasil não se restringe a Angola e Benim. Outras regiões que também forneceram cativos foram Moçambique, Golfo de Biafra, Senegâmbia, entre outras. Isso, no entanto, não significa que houvesse uma preferência dos proprietários e comerciantes por essa ou aquela etnia. Eles não podiam se dar a esse luxo.

A região entre a Senegâmbia e Angola, de acordo com Del Priore e Venâncio (2002), caracterizava-se por uma intensa natureza hostil, que apresentava grande variedade de obstáculos à sobrevivência humana. A crescente desertificação da região do Saara e o desflorestamento de áreas ao sul do deserto levou a uma ocupação dispersa, mas não sem planejamento. Também doenças endêmicas atingiam pessoas e animais, como as temíveis moscas tsé-tsé, portadoras da tripanossomíase. A malária apresentava-se com frequência, assim como uma forma benigna da varíola e também doenças deformativas, como indicam achados de cultura material, impressos em esculturas de terracota, feitas pelos iorubás. Também assolavam doenças causadas pelo consumo de água imprópria, ou sofrimentos descritos pelos portadores do chamado ‘verme da Guiné’. Associado a todos esses flagelos, soma-se a fome, que torna todas as enfermidades ainda mais devastadoras.

A fome promovia uma completa desestruturação social, como exemplificam Del Priore e Venâncio: “elas empurravam os grupos a trocar crianças por comida, famílias a vender seus filhos e dependentes por um alqueire de sorgo ou milhete, e a homens e mulheres a se deixar escravizar para não morrer de inanição”. (2004, p. 9). Todavia, algumas regiões, em alguns períodos, eram poupadas desses flagelos, como foi o caso da Bacia do Lago Chade, no século XVI.

Há de se destacar que os flagelos climáticos e as hecatombes da natureza também tinham o efeito de promover mudanças radicais na sociedade, tais como a conversão ao Islã ou a venda de si mesmo para a escravidão, com o objetivo de fugir do canibalismo e da morte. Podemos ressaltar o quanto isso influenciou a forma de organização familiar, visto que frente a esse desafio de sobrevivência os filhos acabaram por ser o maior bem que alguém poderia ter, pois se esperava que cuidassem dos pais na velhice e assegurassem a segurança da família.

A mortalidade era tão alta na Costa do Marfim, conforme Del Priore e Venâncio, que era preciso que uma criança fosse a quarta da mesma mãe a morrer para ter direito a funerais. (2004, p. 13). Esses eventos também tiveram como consequência a promoção da prática poligâmica, pois como na maioria das vezes o único alimento da criança era o leite materno, isso levava as mulheres a amamentar seus filhos até os quatro anos de idade. Com o tabu que proibia a prática sexual durante o aleitamento, a poligamia se instalou como prática aceitável.

Em tal diversidade de cenário, frente aos grandes desafios para a sobrevivência, há de se abordar a questão do trabalho. De maneira geral, a organização social africana girava em torno de uma casa grande, dirigida por um chefe cercado de várias esposas, diversos filhos, irmãos e outros dependentes. Os agrupamentos desse tipo de família formavam as aldeias. Muitas delas tinham como atividade

principal o comércio ambulante. Havia também uma modalidade de agricultura extensiva, em que se cultivavam produtos diversos para garantir a subsistência do grupo.

Ao contrário da realidade do Ocidente, onde o direito à propriedade chegava a se constituir como cláusula pétrea, na África, em geral, a terra era abundante, mas em grandes extensões pouco fértil, e por isso a propriedade privada não era considerada como um bem maior. Em grande medida, a riqueza dos reinos se dava por meio de um sistema de taxas, extração e guerra, sendo esta última a principal fonte de riqueza, pois as guerras de conquista poderiam resultar no acesso a bens materiais e fontes de mão de obra, visto que, como já falamos, a taxa de mortalidade era muito alta e por isso o número de trabalhadores era escasso.

Nesse ponto tocamos em um tema delicado e polêmico em relação à existência da escravidão entre os africanos antes da chegada dos europeus. Essa escravidão anterior não se dava da mesma forma entre todos os povos africanos, da mesma forma que não era semelhante à escravidão praticada pelo capitalismo europeu em seus empreendimentos coloniais na América.

Segundo Del Priore e Venâncio (2004), na antiga África atlântica a escravidão era doméstica, enquanto que depois da chegada dos europeus ela se tornou comercial. Nesse sentido, devemos destacar que houve uma conveniente adesão a uma prática anterior que foi convertida em modelo fornecedor eficiente de ‘peças’ para a engrenagem do tráfico internacional atlântico de escravos, que perdurou até meados do século XIX.

Conforme Luna e Klein (2010), muitos africanos foram enviados para Ásia, Europa e Oriente Médio como escravos, muito antes da chegada dos europeus. No entanto, não devemos confundir os motivos e as formas dessa migração forçada com os milhões de escravos enviados para as Américas desde o século XVI até o XIX. Até porque havia uma preferência, no tráfico pré-colonização, por mulheres e crianças, ao contrário do tráfico atlântico, que dava preferência para homens adultos.

Antes do descobrimento da América, o principal intuito dos exploradores portugueses na África não era especificamente o comércio de escravos ou produtos para o mercado europeu. Seu objetivo principal em relação à África era a busca de ouro e outros metais preciosos. Mas o comércio de escravos não foi desprezado, pois poderia atender uma demanda europeia por escravos domésticos. Sabe-se que em algumas cidades portuguesas, no final da Idade Média, os escravos domésticos de origem africana chegaram a compor de 10% a 15% da população local. Também no próprio mercado africano os portugueses chegaram a fornecer escravos, levando cativos de uma região a outra, dentro da África.

Somente em fins do século XV é que o interesse por esses cativos foi renovado, pois havia então uma nova demanda, fomentada pela introdução do plantio da cana nas ilhas do leste do Atlântico, como os Açores e a Ilha da Madeira. Nelas se introduziu o sistema de agricultura *plantation* e se associou a cultura da cana com a escravidão africana, posteriormente adotada nas regiões de agricultura tropical nas Américas (sul dos Estados Unidos, Antilhas e Brasil).

O processo de adoção da escravidão africana no Brasil está firmemente ancorado na economia de cultivos tropicais, em especial a cana, mas também do tabaco e do algodão, adotados no Nordeste do Brasil nas primeiras décadas após o descobrimento. Ainda que a escravidão do indígena tenha sido

tentada e tenha permanecido por mais tempo, em especial em regiões mais pobres do Brasil da época, como São Paulo e Sul do Brasil, a escravidão africana foi o modelo de trabalho consolidado no período colonial e no Império.

Para além dessa visão puramente econômica, o tráfico de escravos do Atlântico manteve o Brasil fortemente conectado à África até muito depois da própria independência, pois o país continuou a receber grandes contingentes populacionais que ajudaram a formar o que seria depois o povo brasileiro.

Existem, segundo Luna e Klein (2010), muitos motivos para o êxito da importação de escravos africanos no Brasil. No período de 1570-1620, quando ocorreu o abandono da mão de obra indígena e a transição para o trabalho africano, os cativos trabalhavam mais nas funções especializadas nos engenhos, como no beneficiamento do produto, e menos no cultivo da cana. Isso se deve ao fato de que muitos escravos eram provenientes da África Ocidental, região onde já haviam sido desenvolvidas técnicas avançadas de agricultura e metalurgia do ferro, o que os tornava mais qualificados profissionalmente em comparação aos indígenas brasileiros.

No que concerne às doenças, os africanos eram originários de ambientes nos quais as moléstias que também afligiam os europeus eram conhecidas e endêmicas. Isso não resultou em ondas epidêmicas, que foram fatais para os índios, uma vez que europeus e africanos estavam mais acostumados com os agentes patogênicos.

Assim, em termos de qualificação, saúde e experiência em trabalho agrícola mais elaborado, os africanos eram considerados superiores aos escravos indígenas. Disso resultou o fato de que um escravo africano era três vezes mais caro que um indígena. E de acordo com o crescimento e a consolidação da economia açucareira, emergiu um maior capital que possibilitou um incremento no comércio de escravos.

Quando os traficantes portugueses chegavam à África para fazer comércio, eram recebidos por soberanos cuja corte era regida por severa etiqueta. Esses reis africanos não tinham a menor dúvida de sua importância e de sua igualdade em relação aos reinos europeus, como diz Câmara Cascudo: “ombro a ombro, como quem se considerava, no mínimo, primo d’El-Rei de Portugal”. (1983, p. 185).

UM PASSADO, MUITAS HERANÇAS

A história dos africanos no Brasil vem sendo construída desde as primeiras levadas de escravos negros que chegaram a nossas terras. Nesses quase quinhentos anos de sua presença, muitas foram as contribuições que nos legaram.

Grupos oriundos da África Atlântica dominavam as técnicas de fundição de metal. Os sossos da Guiné, por exemplo, sabiam “operar um forno ou uma forja”. (COSTA; SILVA, 2012, p. 19). Desde pelo menos o ano 600 a.C., os africanos conheciam a metalurgia do ferro. Mas tinham uma desvantagem: não tinham grandes fornos capazes de fazer grandes barras de ferro, por isso, na forja, faziam enxadas e facas, mas não conseguiam fazer grandes espadas, capacetes ou couraças.

De acordo com Del Priore e Venâncio, o trabalho com o ferro envolvia um saber que beirava o campo da magia: “Os ferreiros forneciam objetos indispensáveis ao caçador, ao guerreiro, ao lavrador, ao feiticeiro”. (2004, p. 97). Nas regiões onde predominavam os islâmicos, como na Senegâmbia,

os ferreiros eram temidos e viviam apartados, por vezes, até viviam até em vilarejos especiais. Não bebiam água em poços comuns, não compartilhavam comida com qualquer pessoa, não tinham relações sexuais fora do grupo. Não podiam pegar em armas, nem ser escravizados. (2004, p. 97)

Aqueles que pertenciam às regiões auríferas trouxeram consigo técnicas de batera e de escavação de minas. Alguns eram ourives em sua terra natal, e aqui introduziram modelos de joias adaptadas aos novos materiais e pedrarias encontrados por aqui e que faziam o gosto dos brasileiros mais abastados.

Na África também havia aqueles que criavam gado, solto no campo, e aqui o fizeram de forma semelhante. Muito antes de o Brasil ser encontrado, na África o gado bovino estava espalhado do Senegal até o finisterra negro. Mas os animais daquelas terras eram usados essencialmente em funções religiosas, como sacrifícios ou oblações, ou utilizados como dote, presentes aos soberanos. O gado era força econômica muito mais no sentido de posse do que de consumo.

A caça para os africanos era um ofício, mas também era fonte de divertimento, orgulho e dignidade. De acordo com Cascudo (1983), a palavra ‘Congo’ quer dizer caçador. Nessa região se caçavam elefantes, búfalos, gazelas, antílopes e os elefantes eram considerados uma iguaria cobiçada. Sua tromba era o bocado de maior prestígio, e o estufado de suas patas também era apreciado. Faziam assados com carneiros, porcos (consumidos apenas por não islamizados), roedores, lagartas e até mesmo cães.

No que diz respeito às práticas agrícolas, segundo Costa e Silva (2012) pouco puderam contribuir, não porque não as dominassem, mas porque os portugueses não lhes permitiram. Acostumados a plantar em pequenas roças, os africanos tiveram de se adaptar ao grande latifúndio monocultor.

O aprendizado ibérico na produção do açúcar dos portugueses nos Açores e na Ilha da Madeira deu familiaridade ao trato com os africanos e destacou as aptidões que estes demonstravam no cultivo e beneficiamento desse produto, diz em Schwarcz e Starling (2015). Segundo as autoras, já no século XVI as habilidades de muitos povos da África, em especial os da Guiné e Angola (que mais vieram para o Brasil nesse período, pois já eram de domínio português desde o século XV), conheciam técnicas do fabrico de açúcar conforme documentação portuguesa na época. Assim, ao chegarem ao Brasil “imediatamente exerciam funções especializadas como purgadores, mestres de açúcar, ferreiros e caldeireiros”. (2015, p. 66). Aliás, diversos cativos originários da África Ocidental eram experientes na arte da agricultura e no manejo do gado. Evidencia-se essa situação em Alencastro quando comenta que a importância, nos anos 1400-1450, do

primeiro sistema atlântico formado pelos enclaves íbero-africanos nas Canárias, em Cabo-Verde, na Madeira, nos Açores e em São Tomé, que seria uma adaptação prévia aos trópicos e ao escravismo

de técnicas portuguesas e luso-africanas desenvolvidas em larga escala na América Portuguesa. (2000, p. 68)

No entanto, trouxeram consigo muitos vegetais, como o dendê, a malagueta, o maxixe, o quiabo. E assim como na África, as mulheres os vendiam nas ruas pelo Brasil afora.

Os africanos não conheciam a mandioca, o milho americano, o amendoim, que seriam tão comuns mais tarde em sua cultura. Fabricavam manteiga e se untavam com ela. Também produziam vinho de palma, vinho de mel e vinho de milho com o *sorghum*, vindo da Guiné.

Interessante é que atualmente o cultivo de milho ou mandioca na África Central é capaz de ‘matar’ parte da fome (porém não nutrir com a qualidade necessitada) grande parte da população que mora no campo. Caparrós (2016) nos descreve um triste quadro sobre famílias famintas, que têm como único alimento diário farinha de milho ou mandioca que elas mesmas cultivam para produzir comida. Mesmo sendo um fato que nos aperta o coração, ilustra bem o fato de a viagem dos alimentos, em especial, da América do Sul para a África, atenuar, mas não resolver, quadros de fome endêmica.

Os inhames eram consumidos em toda a África Ocidental e Equatorial. Favoritos dos nagôs da Nigéria, vinham da Gâmbia para Angola. Os africanos colhiam e cultivavam menos hortaliças do que os ameríndios. Não tinham os ensopados, guisados e também não faziam frituras. Como diz Câmara Cascudo (1983), assavam, tostavam e cozinhavam. Usavam féculas para fazer papas e pirão com farinha de sorgo, e só aqui no Brasil passaram a utilizar a farinha de mandioca ou de milho. Usavam também bastante pimenta, mastigada ou na comida, no caldo de carne ou de peixe.

Tinham menos vinhos fermentados do que no Brasil. Segundo Câmara Cascudo, a influência do Islã proibia a ingestão de bebidas alcoólicas, “o negro bêbado de cachaça foi uma figura *made in Brazil*. Os soberanos embriagados e truculentos eram infieis a Maomé”. (1983, p.188).

Além disso, cultivavam arroz, e talvez seu primeiro contato com esse cultivo se deu com os árabes no século VII. Com o arroz veio a fórmula do *kuz-kuz*, ainda presente nas áreas da África Setentrional e Atlântica. Até a chegada do milho americano, *Zea mays*, os africanos faziam o *kuz-kuz* com arroz, sorgo ou trigo. Também cultivam feijões brancos, vermelhos, grandes e pequenos, pela extensão do golfo da Guiné. Os africanos escravizados trouxeram de Moçambique, das águas de Zambeze, um tipo de feijão chamado *nhamudoro*. O limão-rosa também veio para nossas terras pelas mãos dos africanos, apesar de nunca terem alcançado a preferência da maioria da população brasileira, como o limão trazido da Ásia.

Interessante é que não há notícia do uso de óleo vegetal ou animal na alimentação africana durante os séculos XV e XVI. No Brasil, no mesmo período, o azeite era remédio.

Com a intensificação do tráfico de escravos no século XVIII até a primeira metade do século XIX, a permuta de produtos entre a África e o Brasil foi facilitada. Os descendentes de africanos no Brasil tinham recebido de seus ancestrais o gosto por muitos alimentos que vinham da África. Câmara Cascudo (1983) nos fala dos hibiscos³; quiabo, quingombó, vinagreira⁴; inhame-liso, inhame-da-índia, inhame-da-costa, inhame-casco, inhame-de-angola⁵; erva-doce; açafraão da terra

ou gengibre amarelo⁶; gergelim da Guiné; melancias, belancias; jiló de Angola; e a pimenta africana, conhecida como malagueta.

Figura 3 – Quiabo – *Hibiscus esculentus*.



Fonte – Plantillustrations, 2019a.

Figura 4 – Gengibre amarelo.



Fonte – Plantillustrations, 2019b.

Nesse período, ao mesmo tempo em que o Brasil trazia alimentos da África, mandava para lá especialmente o ananás, que segundo Câmara Cascudo era encontrado nos mercados públicos do litoral africano, bem como o mamão, as batatas⁷, os magarás, as goiabas e os araçás.

Nesse contexto, para Del Priore (2016, p.129) a abolição da escravidão trouxe consigo os encaminhamentos que levariam à diversificação agrícola, pois o regime escravocrata estava associado à crise de exportação dos produtos da agricultura tradicional. A autora afirma ainda que o quadro econômico da segunda metade do século XIX era bastante prosaico. O açúcar tinha perdido mercado para seu congênera, produzido com base na beterraba, que foi alvo de brutal protecionismo fiscal por parte dos países europeus, que tentavam proteger esse novo produto da concorrência do mais antigo originário açúcar produzido na América Tropical. De forma semelhante, o algodão brasileiro sofreu progressiva marginalização frente à produção dos Estados Unidos, do Egito e dos países asiáticos. A produção tabaqueira, por sua vez, sofreu com o fim do tráfico e da escravidão, pois o tabaco foi privado do mercado africano, onde era utilizado como moeda na aquisição de escravos.

Para a mesma autora, a grande crise econômica que a abolição presidiu revelou uma crise da monocultura que permitiu uma sensibilidade relacionada à convicção de abrir as portas à policultura e ao incentivo para a produção para o mercado interno. Reforçando essa ideia havia o temor das revoltas internas urbanas, geradas pelo aumento contínuo dos preços dos alimentos. “O grande vilão da carência de fornecimento interno era a economia de exportação, devoradora de terras férteis e de recursos econômicos”. (DEL PRIORE, 2016, p. 130). Para os paulistas e cariocas, o culpado era o café. Para os baianos e pernambucanos, era o açúcar. Mesmo fora das áreas que não ocupavam um lugar central no sistema econômico brasileiro os resultados não eram bons. No caso do Paraná, que era o maior exportador de erva-mate do Brasil no século XIX, os preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade chegaram a subir mais de 200% na década de 1870, o que gerou inclusive a necessidade do governo provincial de patrocinar a vinda urgente de imigrantes europeus para colônias ao redor de Curitiba para atender à demanda alimentar.

A banana foi outra oferta africana para nós. Trazida para a África da Índia, em Moçambique era chamada de ‘figo’. Popular por lá, acabou por popularizar-se por aqui também, chegando ao ponto de a maior parte das pessoas imaginarem que ela é originária da América.

Por meio dos africanos chegou também ao Brasil, segundo Dean, o congênera tropical do cânhamo, com sementes e folhas de qualidades alucinógenas, “que adaptou-se [sic] com muita facilidade no Brasil”. (2013, p. 147). O objetivo dos portugueses em plantar o cânhamo no Brasil era o fato de este ser o melhor material para a manufatura da cordoalha naval, e desde os anos de 1620 houve a tentativa de aclimatar o cânhamo europeu na Bahia e no Rio de Janeiro, de forma que esse produto de origem africana pudesse substituir o europeu com maior sucesso. Além disso, o cânhamo também foi usado no Brasil para a produção de tecidos para uso dos escravos, apesar da proibição dos portugueses.

No reino do Congo eles faziam um tecido feito de palmeiras. Segundo relatos, ele era tão sofisticado que sua superfície se parecia com do veludo, e talvez fosse até mais sofisticado do que muitos tecidos feitos na Itália. Desde o século XII os africanos exportavam para a Europa um tecido de algodão de excelente qualidade, que passou a ser exportado para o Brasil a partir do século XVI.

No campo do imaginário, do fantástico e do lazer, contaram histórias fantásticas, que aos poucos foram se incorporando ao grande universo europeu e indígena. Como bem afirma Costa e Silva,

Vindos da África, bichos-papões, jogos e brinquedos desembarcaram no Brasil. E lembranças de desfiles de reis, com seus enormes guarda-sóis coloridos, que no Brasil se reproduziram nos maracatus, nas congadas e nos reisados. (2012, p. 20).

Também foi imensa a contribuição africana para a nossa língua portuguesa. Os aproximadamente quatro milhões de africanos trazidos para cá ao longo do tempo precisaram se comunicar, e ao fazê-lo não só aprenderam o português como nos ensinaram suas mais variadas línguas.

Conforme Castro,

aquelas vozes são perceptíveis na pronúncia rica em vogais da nossa fala (ri.ti.mo, a.di.vo.ga.do), na nossa sintaxe – tendência a não marcar o plural do substantivo (os menino, as casa), na dupla negação (não quero não), no emprego preferencial da próclise (eu lhe disse, me dê) –, e se revelam de modo inequívoco nas centenas de palavras que enriquecem o patrimônio linguístico do português no Brasil. (2012, p. 36).

E como marca Castro, o desempenho da mulher negra como ama de leite e criadeira, foi fundamental na introdução de termos e palavras africanas no vocabulário brasileiro, “que até hoje chamamos o filho mais jovem pelo termo angolano caçula em lugar de ‘benjamin’, como se diz em Portugal”. (2012, p. 37).

ESCRAVISMO NO PARANÁ

Apesar de o Paraná somente se constituir em uma província autônoma em 1853, a presença de escravos africanos ou afro-brasileiros é bem mais antiga, tanto no litoral, na região de Paranaguá, quanto na região dos Campos Gerais. Esta se integrou na economia brasileira por meio da atividade pecuarista, assim como o Rio Grande do Sul.

Luna e Klein (2010, p. 73) nos explicam que enquanto os trabalhadores das fazendas de gado da região do Rio Grande do Sul eram principalmente livres e índios, mais ao norte, na chamada área de Campos Gerais, ao redor de Curitiba, fazendas de criação de bois, mulas e cavalos empregavam trabalhadores livres e cativos. Escravos também eram usados em vários ofícios necessários nas fazendas, bem como no transporte dos produtos comprados e vendidos por elas.

Segundo os mesmos autores, em toda essa região meridional de São Paulo conhecida como Paraná a porcentagem de escravos na população global era de 20%, segundo o censo de 1798, enquanto nos distritos pecuaristas de Castro e Palmeira as porcentagens de domicílios com escravos eram, respectivamente de 52% e 39%. Nessas fazendas, e em outras mais ao sul, também havia grande

número de agregados, empregados e familiares que trabalhavam em propriedades geralmente não voltadas para a exportação. Finalmente, em todas as vilas do sul, algumas das quais chegando à faixa de 10 mil habitantes em fins do século, os escravos formavam o elemento mais numeroso na força de trabalho e a maioria dos artesãos qualificados.

As três áreas meridionais do Brasil – Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná – tinham juntas uma população cativa de aproximadamente 27 mil escravos, além de aproximadamente 13 mil pessoas livres de cor em 1811. (LUNA; KLEIN, 2010). Isso também demonstra um aumento substancial na população escrava, pois segundo o censo realizado em 1772 na Comarca de Paranaguá, que abrangia o território da futura Província do Paraná, a população total chegava a “7.627 moradores, sendo 2.936 homens, 2.979 mulheres e 1.712 escravos”. (CARDOSO, 1986, p. 48).

Segundo este autor, durante o período do Brasil independente, a região do Paraná tinha em média uma população escrava, composta por negros africanos, afro-brasileiros e mulatos da ordem de 30%, com tendência à diminuição, tendo em vista a política que tendia a abolir o tráfico negreiro e o crescente interesse dos governos imperial e provincial de incentivar o desenvolvimento da imigração europeia. Esse processo foi amplificado com o declínio e definhamento dos campos e dos gados do Paraná, sentido desde 1860. Associado ao processo, podemos verificar um gradual declínio da população escrava no Paraná, que graças ao fim do tráfico internacional de escravos e ao aumento do tráfico interprovincial, que deslocava população escrava de regiões menos dependentes da mão de obra cativa ou decadentes economicamente, como Pernambuco, Bahia, Paraná, para regiões onde havia aumentado a demanda, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Disso resultou uma diminuição expressiva da população escrava no Paraná.

Segundo o Censo Nacional de 1872, o primeiro do país, os resultados para a Província do Paraná apontam que de uma população de 126.692 habitantes apenas 10.560 eram compostos por escravos, ou seja, 8,3%. Uma grande diminuição em comparação com a média de 30% até 1860.

Por outro lado, o grande impulso que a imigração ganhou no Paraná, em especial a partir de 1870, promoveu também a ação do poder público contra a instituição da escravidão. Conforme Ferrarini, o presidente Taunay comentou o fato em um relatório a seu sucessor, em 1886:

A escravidão em toda a província se acha muito limitada, segundo se vê na relação abaixo publicada, fornecida pelas coletorias, e com pequeno esforço ficará ela toda expurgada da terrível e desastrosa instituição. De todos os lados a iniciativa e generosidades particulares se empenham nisso de coração para glória dos brasileiros, e uma das lembranças mais gratas de minha viagem aos Campos Gerais, e ao Sertão de Guarapuava, é ela ter se tornado motivo para que 15 escravos na flor da idade gozassem dos benefícios da liberdade.

Relação dos escravos existentes na Província do Paraná, 1886

Capital – 579

Arraial Queimado – 21

Votuverava – 120

Assunguy – 6

Campina Grande – 34

Antonina – 335
 Paranaguá – 183
 Porto de Cima – 42
 Morretes – 172
 Guaraqueçaba – 57
 São José dos Pinhais – 293
 Lapa – 490
 Palmas – 227
 Guarapuava – 259
 Ponta Grossa – 454
 Palmeira – 183
 Castro – 298
 Tibagi – 156
 Piraí – 42
 Campo Largo – 241
 Total: 4.192 (1971, p. 138)

Com base no exposto, podemos verificar que havia uma movimentação oficial para a extinção do regime escravista, anterior à própria assinatura da Lei Áurea, em 1888. Isso se deve não apenas à ação de sociedades de apoio à emancipação, mas também ao forte interesse de amplos setores da sociedade paranaense de tirar os entraves para uma imigração europeia em larga escala, o que era em parte retardado devido à permanência da instituição escravocrata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses dez anos da Lei nº 10.639/2003 muitos foram os esforços para sua aplicação nas escolas, mas ainda há muito a ser feito. E os avanços só serão realmente percebidos à medida que as pesquisas e os estudos a respeito da história e cultura da África e dos africanos e afrodescendentes no Brasil sejam conhecidos. Por isso a importância da publicação de artigos que possam trazer informações sobre essa temática.

A escola ainda é o lugar por excelência do conhecimento, portanto ela deve estar preparada para instigar, fomentar, fornecer e instrumentalizar professores e alunos para o estudo do passado africano no Brasil. É preciso para isso romper o óbvio, ir além do senso comum e ver a África como um continente meramente exótico, longínquo e pobre. É urgente que se quebrem esses paradigmas há tanto tempo construídos. A história da África e da presença dos africanos e seus descendentes no Brasil deve ir além da história do escravismo, do sofrimento, das mazelas desse passado, pois como bem preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

O estudo histórico do continente africano compreende enorme complexidade de temas do período pré-colonial, como arqueologia; grupos humanos; civilizações antigas do Sudão, do sul e do norte da África; o Egito como processo de civilização africana a partir das migrações internas. Essa

complexidade milenar é de extrema relevância como fator de informação e de formação voltada para a valorização dos descendentes daqueles povos. Significa resgatar a história mais ampla, na qual os processos de mercantilização da escravidão foram um momento que não pode ser amplificado a ponto que se perca a rica construção histórica da África. O conhecimento desse processo pode significar o dimensionamento correto do absurdo, do ponto de vista ético, da escravidão, de sua mercantilização e das repercussões que os povos africanos enfrentam por isso. (1998, p. 130-131)

Apesar de ser um tema em discussão no presente momento, a Medida Provisória 746/2016, que alterou trechos da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996) pode trazer impactos negativos ao ensino de História em geral, e em particular, dificultar o cumprimento do previsto na Lei nº 10.639/2003. Em artigo recente, Bittencourt afirma que tal medida revoga essa lei, e com isso distancia “professores e alunos de referências teóricas relativas à cultura negra e à diversidade cultural, que caracteriza o nosso país”. (2016). Seus conteúdos deixam de ser obrigatórios e com isso uma educação voltada para a diversidade fica em segundo plano.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BITTENCOURT, C. M. A MP 746/2016 e o impacto no ensino de História e Cultura Afrobrasileira. **Jus.com.br**, nov. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/54207/a-mp-746-2016-e-o-impacto-no-ensino-da-historia-e-cultura-afrobrasileira>. Acesso em: 28/08/2018.

BOXER, C. R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas. **Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2009.

CAPARRÓS, M. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2016.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chaim, 1986.

- CASCUDO, L. da C. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. v. 1.
- CASTRO, Y. P. de. Camões com dendê. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 78, p. 36-39, mar. 2012.
- COSTA, E. V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- COSTA E SILVA, A. da. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- COSTA E SILVA, A. da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estud. av.** [on-line], v. 8, n. 21, p. 21-42, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 nov. 2019.
- COSTA E SILVA, A. da. Um Brasil, muitas Áfricas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 78, p.16-21, mar. 2012.
- CUNHA, M. C. da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEL PRIORE, M. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo: LeYa, 2016. v. 2.
- DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. P. **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- DRESCHER, S. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- FERRARINI, S. **A escravidão negra na Província do Paraná**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1971.
- GUIA GEOGRÁFICO. **Mapa político da África**. s.d. Disponível em: <https://www.guiageo.com/africa-politico.htm>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** [on-line], n. 62, p. 20-31, dez. 2015.
- NEW PERSPECTIVES ON THE TRANSATLANTIC SLAVE TRADE. **William and Mary Quarterly** [on-line], v. 58, n. especial, p. 16-17, 2001.
- OLIVER, R. **A experiência africana: da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PLANTILLUSTRATIONS. **Hibiscus esculentus**. 2019a. Disponível em: http://plantillustrations.org/illustration.php?id_illustration=329262&SID=g56jgedm398o9ua4dqgmns2h25&mobile=1&code_category_taxon=9&size=0. Acesso em: 23 nov. 2019.
- PLANTILLUSTRATIONS. **Curcuma longa L.** 2019b. Disponível em: http://plantillustrations.org/illustration.php?id_illustration=272661&SID=g56jgedm398o9ua4dqgmns2h25&mobile=1&code_category_taxon=9&size=0. Acesso em: 23 nov.

SANZ, B. Racismo não dá descanso e impacta a saúde e o trabalho dos negros no Brasil. **El País**, 20 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/17/politica/1510954056_774052.html. Acesso em: 23 nov. 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENRA, A. de O.; MOREIRA, M. de A.; SANTOS, C. M. dos. África, Brasil e as transformações no ENEM, a Lei nº 10.639/2003. **Ensaio: avaliação políticas públicas**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 992-1013, out./dez. 2017.

VISENTINI, P. F. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEHLING, A. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Se considerarmos que as Américas são dois continentes, a África se torna o segundo maior. Existem várias formas de se categorizar os continentes, inclusive alguns critérios incluem questões culturais e não apenas físicas.
- 2 Lessoto e Suazilândia são duas monarquias, encravadas na África do Sul, remanescentes dos Estados Africanos pré-era do imperialismo. Esses países permaneceram com seus regimes originais em função de acordos que foram estabelecidos com a potência colonial da região, no caso, a Grã-Bretanha.
- 3 São vários os tipos de hibisco que eram apreciados pelos africanos, como *hibiscus esculentus*, *hibiscus sabdariffa*, entre outros.
- 4 Esse tipo de hibisco é muito encontrado atualmente no Maranhão, e estudos têm comprovado seu alto teor de ferro e fibras.
- 5 Seu nome oficial é cará-inhame.
- 6 O africano tinha o hábito de mastigar o gengibre.
- 7 Em finais do século XVIII, no interior de Moçambique as batatas eram de subsistência comum.

DEFINIÇÕES

Africâner: essa língua se desenvolveu por meio da colonização holandesa na África do Sul, ocorrida em meados do século XVII. A integração dos colonos holandeses, que também tiveram influências dos huguenotes franceses e alemães, resultou numa língua com características relativamente diversas daquela da original. A partir do início do século XX esses colonos passaram a se identificar como uma categoria diversa daquela dos holandeses e passaram a se denominar de africâners, e assim também o nome de sua língua.

Plantation: sistema agrícola tropical utilizado na América para produção de produtos tropicais voltados à exportação. Utilizava latifúndios e mão de obra escrava e podia ser encontrado no Sul dos Estados Unidos da América, nas Antilhas e no Brasil, entre outros países.